



**Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SEDE: MONTES CLAROS-MG

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A  
**COMPANHIA DESENVOLVIMENTO DOS  
VALES DO SÃO FRANCISCO E DO  
PARNAÍBA – CODEVASF** E A  
....., PARA EXECUÇÃO  
DAS OBRAS, SERVIÇOS E FORNECIMENTOS  
RELATIVOS Á IMPLANTAÇÃO DAS REDES DE  
ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICA PARA  
UNIDADES DOS SISTEMAS DE  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADOS  
PELA CODEVASF NOS MUNICÍPIOS DE  
CAPITÃO ENEAS, MEDEIROS, MIRABELA E  
MORADA NOVA DE MINAS, NO ESTADO DE  
MINAS GERAIS

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNÁIBA - CODEVASF**, empresa pública criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e alterada pelas Leis 9.954, de 06 janeiro de 2001, 12.040 de 01 de outubro de 2009 e 12.196 de 14 de janeiro de 2010, CNPJ/MF nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada **CODEVASF**, neste ato representada neste ato representada pelo Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infra-Estrutura, **CLEMENTINO DE SOUZA COELHO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade sob o nº 684.910 SSP/BA, e do CPF sob o nº 065.913.295.-87, residente e domiciliado em Brasília-DF, respondendo pela Presidência na forma do art. 22, Parágrafo Único, do Estatuto da **CODEVASF** e pelo Superintendente da 1ª Superintendência Regional, **ALDIMAR DIMAS RODRIGUES**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF: nº 149.203.956-04, RG nº M-274.308, SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, e a empresa ....., com sede na .....o, nº ....., Bairro....., em ....., CEP ....., no Estado de .....s, CNPJ/MF nº ..... , neste ato representada por ....., (nacionalidade), (estado civil), portador da Carteira de Identidade ....., expedida por ....., inscrito no CPF sob o nº ....., residente e domiciliado na ....., nº ....., Bairro ....., em ..... – ....., a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Empreitada por Preço Global, em decorrência do Edital ...../2011 – Concorrência, nos termos da Resolução nº ....., de ...../...../2011, da Diretoria Executiva da **CODEVASF**, constante às fls. ...., do processo administrativo nº 59510.001148/2011-15, de conformidade com os termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o qual reger-se-á de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

## 1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução das obras, serviços e fornecimentos relativos à implantação das redes de energia elétrica trifásica para unidades dos Sistemas de Esgotamento Sanitário implantados pela CODEVASF nos municípios de Capitão Enéas, Medeiros, Mirabela e Morada Nova de Minas, no estado de Minas Gerais, e se encontram descritas e caracterizadas no Projeto Básico, Desenhos e Especificações Técnicas (Anexo I), e quantificados na Planilha de Orçamentação de Obras (Anexo II), anexos ao edital licitatório, que é parte integrante deste instrumento.

- 1.1 As obras ora contratadas devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 1.2 Além dos Projetos, Normas Complementares e demais Especificações Técnicas, durante a execução do objeto contratual, deverão ser observadas também observadas as Normas Técnicas da ABNT e do INMETRO, bem como os regramentos estabelecidos pela respectiva concessionária de energia elétrica.
- 1.3 O Prazo de Garantia das Obras executadas é o previsto na legislação vigente, definido no Código Civil Brasileiro.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

Constituem partes integrantes e complementares deste contrato, independentemente de transcrição:

- 2.1. Edital nº. .... / 2011 – Concorrência;
- 2.2. Proposta da **CONTRATADA**, datada de ... / ... / 2011.
- 2.3. Documentação da **CONTRATADA**
- 2.4. Demais documentos contidos no processo nº 59510.001148/2011-15.
- 2.5 Em caso de divergência entre os documentos mencionados nas sub-cláusulas precedentes desta cláusula e termos deste contrato, prevalecerão estes últimos.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

O prazo máximo para execução das obras e serviços objeto deste contrato será conforme especificado abaixo, contado a partir da data registrada na Ordem de Serviço emitida pela **CODEVASF**, com eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na **CODEVASF**, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

- 3.1 No prazo estabelecido no *caput* desta Cláusula estão incluídos o prazo de execução das obras, serviços e fornecimentos conforme quadro abaixo e o prazo de 60 (sessenta) dias

para o recebimento definitivo do objeto, que se dará após a vistoria realizada pela fiscalização, atestando que as obras/serviços e fornecimentos estão de acordo com os termos do contrato.

<b>Lote</b>	<b>Municípios</b>	<b>Prazo de Execução das Obras (em dias)</b>	<b>Prazo de Vigência do Contrato (em dias)</b>
1	Capitão Enéas	60 (sessenta)	120 (cento e vinte)
2	Medeiros	60 (sessenta)	120 (cento e vinte)
3	Mirabela	60 (sessenta)	120 (cento e vinte)
4	Morada Nova de Minas	60 (sessenta)	120 (cento e vinte)

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – VALOR**

O valor global estimado do presente contrato é de R\$ ..... (.....).

- 4.1 Nos preços contratados estão incluídas todas as despesas necessárias, tais como: todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciário, securitário, lucro, BDI, mão-de-obra e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente na execução das obras, ensaios, testes de campo, salários, acordos, dissídios coletivos, alojamento, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão as referidas despesas, tributos e encargos considerar-se-ão inclusos no valor contratado.
- 4.2 A **CONTRATADA**, ao assinar o presente instrumento manifesta expressamente sua concordância com a adequação do Projeto Básico consubstanciado nos Termos de Referência parte integrante do Edital licitatório. Sendo assim, as eventuais alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos do disposto no artigo 127, § 6º, inciso III, da Lei 12.309/2010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2011.
- 4.3 Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente as referentes aos serviços e fornecimentos extras. Serviços e fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços da **CONTRATADA** deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 4.4 Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.
- 4.5 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejarão a

revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

- 4.6 Ficam excluídos da hipótese referida na sub-cláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas com a execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 18.544.1305.10RM.0001 – Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba – Nacional – Crédito Extraordinário, Categoria Econômica 4, Despesas de Capital, sob a gestão da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da **CODEVASF**, conforme Nota de Empenho NE ....., emitida em ...../.../2011.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os pagamentos das obras, serviços e fornecimentos serão efetuados em reais, mensalmente, em conformidade com o Cronograma Físico-financeiro e de acordo com as medições, com base nos preços unitários propostos e contra apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização da **CODEVASF** formalmente designada, acompanhado do relatório dos trabalhos desenvolvidos e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, com exceção da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- 6.1 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada, conforme estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/93.
- 6.2 O pagamento da instalação do canteiro, da mobilização e desmobilização será no valor apresentado na proposta, respeitado o valor máximo constante da planilha de preços unitários orçados pela **CODEVASF**, constante do edital licitatório, e em conformidade com o especificado abaixo:
- Instalação do canteiro: de acordo com o Cronograma Financeiro proposto;
  - Mobilização: será realizada medição e pagamento de 50% do valor proposto para o item na primeira medição. Os 50% restantes serão medidos e pagos após efetiva mobilização de suas máquinas e equipamentos, conforme programado no Plano de Trabalho, exigido na alínea “b” da sub-cláusula 9.1; e,
  - Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela fiscalização.
- 6.3 Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL): será pago conforme o percentual de serviços executados no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item:
- $\%AL = (\text{Valor da Medição Sem AL} / \text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro)})$

Sem AL)

6.3.1 Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) terão como unidade na planilha orçamentária “global” e será pago o quantitativo do percentual em número inteiro em valor absoluto com no máximo duas casas decimais.

6.3.2 Caso haja atraso no cronograma, por motivos ocasionados pela **CODEVASF**, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) prevista no período da medição.

6.4 A **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento e guias de recolhimento distintas para os empregados que prestam serviços no âmbito do contrato com a **CODEVASF**, caso exista dedicação exclusiva destes à execução do objeto contratado e enquanto perdurar tal exclusividade, sendo-lhe exigidos, quando da apresentação da nota fiscal ou fatura, os seguintes comprovantes:

- a) Planilha-mensal, contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, férias, licenças, faltas, coberturas, salário, vale transporte e alimentação, horas extras, ocorrências, glosas, etc.;
- b) Comprovação de recolhimento do FGTS por meio dos seguintes documentos: cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com autenticação mecânica ou acompanhada de comprovante de recolhimento bancário ou comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, específica do contrato; cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); cópia da Relação de Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP (RE) e relação dos tomadores;
- c) Comprovação dos recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de: cópia autenticada da Guia de Previdência Social (GPS) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, específica do contrato; cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); cópia da Relação de Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP (RE) e relação dos tomadores;
  - c-1) Os recolhimentos das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) serão os correspondentes ao mês da última Nota Fiscal ou Fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 29 de abril de 1995.
- d) Folha de pagamento distinta para os empregados que prestam serviços no âmbito do presente contrato, relativa ao mês anterior, em ordem alfabética;
- e) Relatório Mensal de Frequência que contemple referências à execução de horas-extras;

- f) Comprovante de pagamento de salários dos empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês anterior à apresentação da Nota Fiscal/fatura;
- g) Cópia do(s) Aviso(s) de Férias, quando couber;
- h) Comprovante de pagamento de férias aos funcionários, relativos ao mês anterior à apresentação da Nota Fiscal/fatura;
- i) Comprovante de pagamento do 13º salário, quando couber;
- j) Comprovante de fornecimento de Vale Refeição, vale transporte e demais benefícios previstos no Acordo ou Convenção Coletiva das Categorias envolvidas na execução do objeto contratual.

6.5 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções legais e contratuais cabíveis.

6.6 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

- a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/91, bem como a IN 971/09 – SRF;
- b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar 116/2003;
- c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

6.7 A fatura deverá vir acompanhada da documentação relativa à aprovação por parte da Fiscalização do serviço faturado, indicando a data da aprovação do evento, que será considerada como data final de adimplemento da obrigação, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

6.8 A **CODEVASF** considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à de entrega do documento de cobrança no local de pagamento das obras/serviços e fornecimentos, a partir da qual será observado o prazo citado na sub-cláusula 6.1, para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.

6.9 As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à **CONTRATADA** para correções, se alterando a data de adimplemento da obrigação.

6.10 Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da

Nota de Empenho, emitida pela **CODEVASF**, e que cubram a execução das obras/serviços e fornecimentos.

- 6.11 O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de fatura com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições deste instrumento.
- 6.12 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 6.13 É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a entrega à **CODEVASF** dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela **CODEVASF** dos prazos estabelecidos.
- 6.14 Qualquer suspensão de pagamento devido ao descumprimento do disposto na sub-cláusula 6.12 não gerará para a **CODEVASF** nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.
- 6.15 Não constituem motivos de pagamento pela **CODEVASF** serviços em excesso, desnecessários à execução das obras e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste instrumento.
- 6.16 Atendido ao disposto nos itens anteriores a **CODEVASF** considera como data final do período de adimplemento a do dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 6.17 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido na sub-cláusula 6.1, caso em que a **CODEVASF** efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

**AM = P x I**, onde:

**AM** = Atualização Monetária;

**P** = Valor da Parcela a ser paga; e

**I** = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

**I = (1+im1/100)dx1/30 x (1+im2/100)dx2/30 x ... x (1+imn/100)dxn/30 - 1**, onde:

**i** = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

**d** = Número de dias em atraso no mês “m”;

**m** = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

6.17.1 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

6.17.2 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, a contar da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados, por responsabilidade da CODEVASF, aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V \times (I_i - I_o) / I_o$$

Onde:

R - valor do reajustamento

V - valor a ser reajustado

$I_i$  - Refere-se à coluna 34 da FGV - **IPA-Origem-OG-DI-Prod. Ind.-Transformação -Máquinas,Aparelhos e Materiais Elétricos**, cód. **A1006827**, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

$I_o$  - Refere-se à coluna 34 da FGV - **IPA-Origem-OG-DI-Prod. Ind.-Transformação -Máquinas,Aparelhos e Materiais Elétricos**, cód. **A1006827**, correspondente à data de apresentação da proposta

- 7.1 Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:

$I_{DB1}^{Mês2}$  = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$  = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$  = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

- 7.2 Para fins de aplicação do reajustamento, deverá inexistir descumprimento do prazo inicialmente pactuado ou caracterizar-se atraso sem culpa do contratado.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizado na data de assinatura do contrato, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da **CONTRATADA**.

- 8.1 Quando se tratar de garantia em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda na forma do Art. 56, Inciso I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 8.2 Nesta modalidade, a **CONTRATADA** deverá ainda transferir a posse dos títulos à Administração até o final do prazo previsto para a assinatura do Termo de Encerramento Físico do Contrato, ou até o adimplemento da sanção aplicada.
- 8.3 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela **CODEVASF**, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da **CODEVASF**.
- 8.4 A garantia prestada sob as modalidades fiança bancária ou seguro garantia deverá acobertar todas as obrigações contratuais, sem qualquer exceção, sob pena de não aceitação da mesma.
- 8.5 A **CONTRATADA** deverá manter atualizada a garantia contratual até 90(noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 8.6 A não integralização da garantia no prazo estabelecido inviabilizará a assinatura do contrato ou de seus respectivos aditamentos, representando inadimplência da **CONTRATADA**, sujeitando-a às penalidades previstas nos art.s 81 a 87 da Lei n.º 8.666/93.
- 8.7 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 8.8 Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução das obras, serviços e fornecimentos.
- 8.9 Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela **CODEVASF**.

## 9. CLÁUSULA NONA – ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste contrato, a **CONTRATADA**, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento, obriga-se a:

- 9.1 Apresentar à **CODEVASF**, antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
  - a) “Lay-out” do Canteiro de Obras e identificação da área para construção do mesmo.
  - b) Plano de Trabalho a ser aprovado pela Fiscalização da **CODEVASF**.
  - c) Cronograma físico–financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea “b” acima.
  - d) Cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente que rege as categorias profissionais vinculadas à execução dos serviços, devendo ser apresentadas as versões subsequentes nas datas de suas respectivas renovações.
- 9.2 Manter no local da obra durante todo o período de execução em regime permanente de no mínimo um técnico de segurança do trabalho, portador de comprovação de registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e caso necessário disponibilizar outros técnicos conforme disposto na NR 4;
- 9.3 Atender às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.
- 9.4 Apresentar-se, sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, no escritório da **CODEVASF** em Montes Claros – MG
- 9.5 Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77.
- 9.6 Sempre que necessário, comunicar-se formalmente com a **CODEVASF**. Mesmo as comunicações via telefone devem ser ratificadas formal e posteriormente, através do fax (38) 2104-7868, e no caso de informações mais extensas e/ou transferências de arquivos, pelo correio eletrônico e-mail: [1sr-deg@codevasf.gov.br](mailto:1sr-deg@codevasf.gov.br).
- 9.7 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização, bem como a cumprir todas as ordens dela emanadas.
- 9.8 Ao final de execução das obras, antes da liquidação da última fatura apresentada, demolir as instalações provisórias do canteiro serão e recuperar a área onde foram construídas, observadas todas as Recomendações Básicas para Proteção Ambiental.
- 9.9 Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local das obras/serviços e fornecimentos.

- 9.10 Utilizar pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução das obras/serviços e fornecimentos.
- 9.11 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar à **CODEVASF** e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução das obras/serviços e fornecimentos objeto desta licitação.
- 9.12 Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local das obras/serviços e fornecimentos.
- 9.13 Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da Fiscalização), para possibilitar a perfeita execução das obras/serviços e fornecimentos no prazo contratual.
- 9.14 Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a **CODEVASF**, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 9.15 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do local de execução das obras e serviços.
- 9.16 Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da **CONTRATADA**.
- 9.17 Manter um Preposto, aceito pela **CODEVASF**, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).
- 9.18 Responsabilizar-se, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 9.18.1 No momento da desmobilização, para liberação da última fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 9.19 Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da **CODEVASF**.

9.20 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação, inclusive no que se refere a sua regularidade fiscal, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

9.20.1 Em caso de verificação de descumprimento desta obrigação, a **CONTRATADA** será notificada a proceder à regularização da situação em um prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da referida notificação, sob pena de rescisão do contrato por descumprimento à obrigação contratual, respeitados o contradito e a ampla defesa.

9.20.2 O prazo assinalado de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **CONTRATADA**, durante o transcurso do prazo especificado na subcláusula 9.20.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **CODEVASF**.

9.21 Observar, no que couber, o contido na Instrução Normativa INSS-100/2003, de 18/12/2003, especialmente o registro e baixa da obra;

9.22 Abster-se de contratar, para a prestação dos serviços objeto desta licitação, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na **CODEVASF** (conforme artigo 7º do Decreto n.º 7.203/2010).

9.23 Durante a execução dos serviços e obras, caberá à **CONTRATADA** as seguintes medidas:

- a) Obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor;
- b) Manter no local das obras/serviços um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc, como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela **CONTRATADA** em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras/serviços.
- c) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- d) Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras/serviços.
- e) Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridas para as atividades desenvolvidas em observância à legislação pertinente.

9.24 A execução dos serviços e obras de construção objeto do presente instrumento deverá atender às seguintes normas e práticas complementares:

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
  - b) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA; e, normas técnicas da ABNT e do INMETRO e respectiva concessionária de energia elétrica.
- 9.25 Fornecer e afixar 01 (uma) placa de identificação, das obras e serviços, no padrão definido pela **CODEVASF** e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na **publicação *Instruções para a Preparação de Placas de Obras do Ministério da Integração Nacional*, disponível no endereço eletrônico [www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br), no link **Convênios****, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe.
- 9.25.1 A placa da obra deverá ser confeccionada de forma a conferir total rigidez ao conjunto. As emendas das chapas deverão coincidir com as linhas de separação dos campos em que a placa será dividida.
- 9.24.2 A placa deverá sofrer manutenção periódica de modo a preservar suas características até o término das obras.

## 10. CLÁUSULA DEZ – FISCALIZAÇÃO

A coordenação do contrato, bem como a Fiscalização da execução das obras/serviços e fornecimentos, será realizada pela **CODEVASF**, através do técnico ....., designado na forma do Art. 67, da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a **CONTRATADA** está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

- 10.1 São obrigações da fiscalização, além daquelas expressamente constantes do Manual de Contratos da **CODEVASF**:
- 10.1.1 Conferir todas as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados, por amostragem, e verificar se elas coincidem com o informado pela empresa e pelo empregado, com atenção especial para a data de início do Contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;
  - 10.1.2 Verificar a conformidade entre o salário pago e demais benefícios concedidos com o piso salarial e demais disposições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT) das categorias envolvidas;
  - 10.1.3 Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);

10.1.4 Evitar ordens diretas aos empregados da **CONTRATADA**. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos seus empregados;

10.1.5 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Conferir a planilha-mensal apresentada pela **CONTRATADA**, nos moldes previstos na sub-cláusula 6.3, “a”;

b) Conferir toda documentação apresentada com a Fatura, conforme na Cláusula Sexta deste instrumento.

- 10.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a **CONTRATADA** mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 10.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a **CONTRATADA**, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e INMETRO com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a **CONTRATADA** a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 10.4 A **CODEVASF** e a **CONTRATADA** estabelecerão procedimentos detalhados, com o objetivo de sistematizar o desenvolvimento do contrato, principalmente no que se refere à preparação e atualização dos programas de trabalho, comunicações, fiscalização e faturamento.
- 10.5 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço ou fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à Gerência Regional de Revitalização da Bacia Hidrográfica – 1ª/GRR, responsável pela execução do contrato.
- 10.6 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 10.7 Das decisões da Fiscalização, poderá a **CONTRATADA** recorrer à Gerência Regional de Revitalização das Bacias Hidrográficas – 1ª/GRR, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos às multas serão feitos na forma prevista na Cláusula 11 deste instrumento.
- 10.8 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 10.9 Fica assegurado aos técnicos da **CODEVASF** o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de

terceiros, da execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

## **11. CLÁUSULA ONZE – MULTA**

Em caso de inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais por parte da **CONTRATADA**, poderá a **CODEVASF** aplicar multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global do contato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

- 11.1 O atraso na execução das obras, serviços e fornecimentos, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa.
- 11.2 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela **CODEVASF**, observando-se o seguinte:
  - A) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da **CONTRATADA**. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a mesma será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias;
  - B) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela **CONTRATADA**, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da **CODEVASF** o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.
- 11.3 A **CONTRATADA** terá um prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da cientificação da aplicação da multa para apresentar recurso à **CODEVASF**. Ouvida a fiscalização designada para o acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame
- 11.4 Após o procedimento estabelecido na sub-cláusula anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva que poderá rejeitar ou não a multa.
- 11.5 Em caso de relevação da multa, a **CODEVASF** se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 11.6 Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **12. CLÁUSULA DOZE - RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução das obras, serviços e fornecimentos contratados.

- 12.1 Correrão por conta da **CONTRATADA** as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela **CODEVASF**, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 12.2 Não serão indenizados os prejuízos à **CONTRATADA** que possam advir de erro ou

qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

### 13. CLÁUSULA TREZE - ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Concluídas as obras, serviços e fornecimentos a **CONTRATADA** solicitará à **CODEVASF**, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação.

- 13.1 A **CODEVASF** terá até 60 (sessenta) dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação das obras/serviços e fornecimentos recebidos com as condições contratadas e emitir parecer conclusivo e, no caso de projeto, aprovação da autoridade competente.
- 13.2 Na hipótese da necessidade de correção de obras ou serviços, ou ainda substituição de materiais, será estabelecido um prazo para que a **CONTRATADA**, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços e ou fornecimento rejeitados, em conformidade com os apontamentos levantados.
- 13.3 Aceito o objeto contratual, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo das obras, serviços e fornecimentos, que deverá ser assinado por representante autorizado da **CONTRATADA**, possibilitando a liberação da garantia contratual.
- 13.4 Ocorrendo o estabelecido na sub-cláusula 13.2, será exigida prorrogação da vigência da garantia contratual até a data do efetivo recebimento do objeto contratado.
- 13.5 O Termo de Encerramento Físico do contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela **CODEVASF** sobre todas as obras/serviços e fornecimentos executados.
- 13.6 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 13.7 A **CONTRATADA** entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado nesta Cláusula é condicionante para:
  - a) Emissão, pela **CODEVASF**, do Atestado de Execução das obras;
  - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e,
  - c) Liberação da Caução Contratual.
- 13.8 Os resultados das obras, incluindo os desenhos originais e as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto das obras, serão de propriedade da **CODEVASF**, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 13.9 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

#### 14. CLÁUSULA QUATORZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela **CODEVASF**, o atraso injustificado na execução do contrato, bem como a inexecução total ou parcial do contrato caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas, nos termos do art. 81 c/c arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, podendo a **CODEVASF**, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável as seguintes sanções:

- I. advertência;
  - II. multa na forma prevista pela Cláusula 11 deste instrumento;
  - III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CODEVASF**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a **CODEVASF** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 14.1 A multa a que alude o inciso II não impede que a *CODEVASF* rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 14.2 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CODEVASF** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 14.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 14.4 A sanção estabelecida no inciso IV é de competência exclusiva do Ministro de Estado a que estiver vinculada a **CODEVASF**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

#### 15. CLÁUSULA QUINZE – RESCISÃO

O presente contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela **CODEVASF**, com a conseqüente perda da caução e da idoneidade da **CONTRATADA** nos termos do art. 78, incisos I x XII E XVII, da Lei nº 8666/93 observadas as disposições dos arts. 77,79 e 80 da citada Lei.

#### 16. CLÁUSULA DEZESSEIS - PUBLICAÇÃO

A **CODEVASF** providenciará a publicação do presente contrato, em extrato, de conformidade com o disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93, no Diário

Oficial da União.

## **17. CLÁUSULA DEZESSETE - FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Montes Claros- MG, para dirimir questões oriundas do presente contrato , renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Montes Claros-MG,

Pela **CODEVASF**:

**CLEMENTIDO DE SOUZA COELHO**

Presidente da CODEVASF em Exercício

CI 684.910, ssp/ba

CPF n.º 065.913.295-87

**ALDIMAR DIMAS RODRIGUES**

Superintendente Regional da 1ª SR

CI nº M-274.308, SSP/MG

CPF nº 149.203.956-04

Pela **CONTRATADA**:

.....  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF: